

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."





COMPETÊNCIA PARA DECIDIR SOBRE A PERDA DE MANDATO PARLAMENTAR NO DIREITO COMPARADO

***Márcio Silva Fernandes e
Roberto Carlos Martins Pontes***

Consultores Legislativos da Área I
Direito Constitucional, Eleitoral, Municipal, Direito Administrativo,
Processo Legislativo e Poder Judiciário

ESTUDO

JULHO/2006



Câmara dos Deputados
Praça 3 Poderes
Consultoria Legislativa
Anexo III - Térreo
Brasília - DF



© 2006 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados os autores e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

COMPETÊNCIA PARA DECIDIR SOBRE A PERDA DE MANDATO PARLAMENTAR NO DIREITO COMPARADO

**Márcio Silva Fernandes e
Roberto Carlos Martins Pontes**

O presente Estudo tem por objetivo investigar a competência para decidir sobre a perda de mandato parlamentar no Direito Comparado, a fim de subsidiar os trabalhos da Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC 533, de 2006, a qual pretende atribuir ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar parlamentares em determinados casos de perda de mandato, após admitido o processo pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.

Entre os países latino-americanos, verifica-se que a Constituição do Chile, em seu art. 82¹, atribui competência ao Tribunal Constitucional daquele país para pronunciar-se sobre as hipóteses que podem ser apenadas com a perda do mandato parlamentar, a requerimento do Presidente da República ou de pelo menos dez parlamentares em exercício. É exemplo único entre os países analisados que atribui ao Poder Judiciário competência exclusiva para julgar parlamentares e puni-los com a perda de mandato. O art. 57 da Constituição daquele país elenca as hipóteses de perda de mandato.

A Argentina, ao contrário, adota, em sua Constituição², atribui à respectiva câmara a competência para punir os seus membros, inclusive com a perda de mandato, mediante o voto de dois terços de seus componentes, cabendo a cada Casa estabelecer o

¹ Texto da Constituição chilena:

Artículo 82.-Son atribuciones del Tribunal Constitucional:

....

14° Pronunciarse sobre las inhabilidades, incompatibilidades y causales de cesación en el cargo de los parlamentarios;

15° Calificar la inhabilidad invocada por un parlamentario en los términos del inciso final del artículo 57 y pronunciarse sobre su renuncia al cargo, y

En el caso del número 14°, el Tribunal sólo podrá conocer de la materia a requerimiento del Presidente de la República o de no menos de diez parlamentarios en ejercicio

² Texto da Constituição argentina:

Art. 66.- Cada Cámara hará su reglamento y podrá con dos tercios de votos, corregir a cualquiera de sus miembros por desorden de conducta en el ejercicio de sus funciones, o removerlo por inhabilidad física o moral sobreviniente a su incorporación, y hasta excluirle de su seno; pero bastará la mayoría de uno sobre la mitad de los presentes para decidir en las renunciaciones que voluntariamente hicieren de sus cargos

respectivo procedimento. O Regimento do Senado daquele país, por exemplo³, determina que, em caso de falta grave cometida por parlamentar, o Presidente do Senado nomeará uma comissão de três membros para que esta proponha as medidas pertinentes.

A Constituição do Uruguai⁴ também elege o Poder Legislativo como o responsável pelos processos relativos a infrações políticas, que podem resultar em perda de mandatos parlamentares. Porém, naquele país compete à Câmara de Representantes (equivalente à Câmara dos Deputados) proceder à acusação, enquanto o julgamento compete à Câmara de Senadores, independentemente da Casa a que pertença o parlamentar.

A Câmara de Senadores poderá condenar o acusado à perda do mandato, com o voto de dois terços de seus membros. O rito utilizado é o mesmo para todas as autoridades da República, como o Presidente, o Vice-Presidente, os Ministros de Estado e os parlamentares.

A própria Casa pode ainda aplicar sanções de menor porte, como a suspensão do exercício de suas funções, a seus membros que violarem normas de conduta.

Conforme as regras vigentes na Constituição dos Estados Unidos⁵, os parlamentares infringentes ao decoro parlamentar podem sofrer penalidades como a censura, a

³ Regimento Interno do Senado da Argentina:

Artículo 204 - En el caso de que un senador incurra en faltas más graves que las previstas en este título, la Cámara a invitación del presidente, o a petición de cualquier miembro, decidirá por una votación, sin discusión, si es o no llegado el caso de usar la facultad que le acuerda el artículo 66 de la Constitución Nacional, y en caso afirmativo el presidente nombrará una comisión de tres miembros para que proponga las medidas pertinentes.

⁴ Texto da Constituição uruguaia:

Artículo 93.- Compete a la Cámara de Representantes el derecho exclusivo de acusar ante la Cámara de Senadores a los miembros de ambas Cámaras, al Presidente y el Vicepresidente de la República, a los Ministros de Estado, a los miembros de la Suprema Corte de Justicia, del Tribunal de lo Contencioso Administrativo, del Tribunal de Cuentas y de la Corte Electoral, por violación de la Constitución u otros delitos graves, después de haber conocido sobre ellos a petición de parte o de algunos de sus miembros y declarado haber lugar a la formación de causa

Artículo 102.- A la Cámara de Senadores corresponde abrir juicio público a los acusados por la Cámara de Representantes o la Junta Departamental, en su caso, y pronunciar sentencia al solo efecto de separarlos de sus cargos, por dos tercios de votos del total de sus componentes.

Artículo 103.- Los acusados, a quienes la Cámara de Senadores hayan separado de sus cargos de acuerdo con lo dispuesto en el artículo anterior, quedarán, no obstante, sujetos a juicio conforme a la ley.

Artículo 115.- Cada Cámara puede corregir a cualquiera de sus miembros por desorden de conducta en el desempeño de sus funciones y hasta suspenderlo en el ejercicio de las mismas, por dos tercios de votos del total de sus componentes.

Por igual número de votos podrá removerlo por imposibilidad física o incapacidad mental superviniente a su incorporación, o por actos de conducta que le hicieran indigno de su cargo, después de su proclamación. Bastará la mayoría de votos de presentes para admitir las renunciaciones voluntarias.

⁵ Texto da Constituição dos Estados Unidos da América, Art. I:

Section. 5.

Each House shall be the Judge of the Elections, Returns and Qualifications of its own Members, and a Majority of each shall constitute a Quorum to do Business; but a smaller Number may adjourn from day to day, and may be

multa e a expulsão ou perda do mandato. A Constituição autoriza cada Casa a punir seus membros por conta de conduta inadequada visando resguardar a reputação, a dignidade e a integridade da mesma.

Entendem os norte-americanos que essa questão envolve a independência dos poderes, não podendo ser cometido a um poder o julgamento de membros de outro poder. Em caso envolvendo o impeachment de juiz federal, decidiu a Suprema Corte dos Estados Unidos, invocando o precedente estabelecido em *Baker v. Carr*, 369 U.S. 186 (1962), que uma controvérsia não se sujeita à apreciação do Poder Judiciário (nonjusticiable) quando for possível demonstrar, com base no texto da Constituição, que o assunto foi atribuído a um dos outros Poderes da União.

Ora, não se nega, como afirmou o Chief Justice Burger, da Suprema Corte dos Estados Unidos, no caso *United States v. Brewster*, 408 U.S. 501 (1972), que "o processo disciplinar de um membro do Congresso não é imune a riscos de abuso, posto que não se encontra sujeito às garantias de um processo criminal" e que "um membro acusado fica à mercê de uma discricionariedade praticamente ilimitada de um corpo que funciona simultaneamente como acusador, promotor, juiz e júri e para cuja decisão não foi estabelecido o direito de revisão".

Também a Constituição da Tailândia⁶ estabelece que o Senado é o órgão competente para julgar parlamentares, mesmo que da outra Casa, por atos contrários à conduta.

authorized to compel the Attendance of absent Members, in such Manner, and under such Penalties as each House may provide.

Each House may determine the Rules of its Proceedings, punish its Members for disorderly Behaviour, and, with the Concurrence of two thirds, expel a Member.

Each House shall keep a Journal of its Proceedings, and from time to time publish the same, excepting such Parts as may in their Judgment require Secrecy; and the Yeas and Nays of the Members of either House on any question shall, at the Desire of one fifth of those Present, be entered on the Journal.

Neither House, during the Session of Congress, shall, without the Consent of the other, adjourn for more than three days, nor to any other Place than that in which the two Houses shall be sitting.

⁶ Texto da Constituição da Tailândia:

Section 96 Members of the House of Representatives or senators of not less than one-tenth of the total number of the existing members of each House have the right to lodge with the President of the House of which they are members a complaint asserting that the membership of any member of such House has terminated under section 118 (3), (4), (5), (6), (7), (8), (9), (11), or (12) or section 133 (3), (4), (5), (6), (7), (9), or (10), as the case may be, and the President of the House with whom the complaint is lodged shall refer it to the Constitutional Court for decision as to whether the membership of such person has terminated. When the Constitutional Court has made a decision, it shall notify the President of the House with which the complaint is lodged under paragraph one of such decision.

Section 118 Membership of the House of Representatives terminates upon:

(10) the Senate passing a resolution under section 307 removing him or her from office or the Constitutional Court having a decision terminating his or her membership under section 96. In such case, his or her membership shall be

Porém, é possível excluir um parlamentar mediante decisão da Corte Constitucional, em que esta reconheça a existência de algum impedimento ou incompatibilidade com o exercício do mandato. Nessas hipóteses em que há pronunciamento judicial, não há sentença de natureza desconstitutiva do mandato, mas meramente declaratória de uma situação já existente, como, por exemplo, a perda da filiação partidária.

Em Portugal, a Constituição, o Regimento da Assembleia da República e o Estatuto dos Deputados prevêem várias hipóteses de perda de mandato. Entre elas, há a possibilidade de perda de mandato por decisão judicial.

As hipóteses de perda de mandato por decisão judicial estão previstas no art. 160 (1) (d) da Constituição⁷ e no art. 8 (1) (d) do Estatuto dos Deputados⁸. Essas hipóteses estão relacionadas à condenação por crime de responsabilidade ou à participação em organizações fascistas e racistas.

É importante destacar que integra a competência do Tribunal Constitucional de Portugal o julgamento de recursos relativos à perda de mandato na Assembleia da República, conforme preconiza o art. 223 (2) (g) da Constituição daquele país.⁹

As demais hipóteses de perda de mandato estão relacionadas a incompatibilidades previstas na Constituição, no Regimento e Estatuto dos Deputados¹⁰: ausência

deemed to have terminated as from the date on which the Senate passes a resolution or the Constitutional Court has a decision, as the case may be;

⁷ Texto da Constituição de Portugal: Art. 160 (Perda e renúncia do mandato) – 1. Perdem o mandato os Deputados que: d) Sejam judicialmente condenados por crime de responsabilidade no exercício da sua função em tal pena ou por participação em organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.

⁸ Texto do Estatuto dos Deputados: Art. 8º 1 d) Sejam judicialmente condenados por participação em organizações de ideologia fascista ou racista.

⁹ Texto da Constituição de Portugal: art. 223 (Competência) (2) (g) Compete também ao Tribunal Constitucional: (g) Julgar a requerimento dos Deputados, nos termos da lei, os recursos relativos à perda do mandato e às eleições realizadas na Assembleia da República e nas Assembleias Legislativas das regiões autónomas.

¹⁰ Regimento Interno: Artigo 4.º Perda do mandato 1 - A perda do mandato verifica-se: a) Nos casos previstos no Estatuto dos Deputados; b) Quando o Deputado não tome assento na Assembleia até à quarta reunião ou deixe de comparecer a quatro reuniões do Plenário por cada sessão legislativa, salvo motivo justificado. 2 - A justificação das faltas a que se refere a alínea b) do n.º 1 deve ser apresentada ao Presidente da Assembleia no prazo de cinco dias a contar do termo do facto justificativo. 3 - A perda de mandato é declarada pela Mesa em face do conhecimento comprovado de qualquer dos factos referidos no n.º 1, precedendo parecer da comissão referida no n.º 2 do artigo 39.º, de acordo com o disposto no Estatuto dos Deputados. 4 - A decisão da Mesa é notificada ao interessado e publicada no *Diário*. 5 - O Deputado posto em causa tem o direito de ser ouvido e de recorrer para o Plenário nos 10 dias subsequentes, mantendo-se em funções até deliberação definitiva deste, por escrutínio secreto. 6 - Qualquer outro Deputado tem igualmente o direito de recorrer no mesmo prazo, mediante requerimento escrito e fundamentado, que é publicado no *Diário*. 7 - O Plenário delibera sem debate prévio, tendo o Deputado posto em causa o direito de usar da palavra nos termos do artigo 87.º. 8 - Da deliberação do Plenário que confirma a declaração de perda do mandato, ou a declare, há lugar a recurso para o Tribunal Constitucional, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 223.º da Constituição e da lei.

nas sessões plenárias; mudança de partido político, não declaração ou falsa declaração de bens etc. A competência para julgar e aplicar sanções nesses casos é da Mesa da Assembleia da República.

A Espanha também admite a perda de mandato de parlamentares por decisão judicial. Implicam em perda de mandato os casos de anulação da eleição ou diplomação do Deputado e a declaração de incapacidade, mediante decisão judicial definitiva¹¹.

Há, evidentemente, previsão de outras hipóteses de punição por violação de regras previstas na Constituição, no Regimento Interno e no Código de Conduta. Tais punições consistem em privação de direitos, advertência, suspensão da condição de Deputado, entre outras, bem como a perda do mandato¹². A competência nesses casos é da Presidência do Congresso e da Mesa. Não há, para essas situações, previsão constitucional ou legal da participação de cortes judiciais.

No Canadá, a expulsão de membros do Parlamento se dá, usualmente, pela condenação do parlamentar por uma corte criminal. Exige-se, contudo, uma decisão oficial da Casa dos Comuns, em instância final, para privar um membro do Parlamento do seu mandato.

Estatuto dos Deputados: Artigo 8.º Perda do mandato 1. Perdem o mandato os Deputados que: a) Venham a ser feridos por alguma das incapacidades ou incompatibilidades previstas na lei, mesmo por factos anteriores à eleição, não podendo a Assembleia da República reapreciar factos que tenham sido objecto de decisão judicial com trânsito em julgado ou de deliberação anterior da própria Assembleia; b) Não tomem assento na Assembleia da República ou excedam o número de faltas, salvo motivo justificado, nos termos do n.º 2 e de acordo com o Regimento; c) Se inscrevam em partido diferente daquele pelo qual foram apresentados a sufrágio; d) Sejam judicialmente condenados por participação em organizações de ideologia fascista ou racista.

¹¹ Regimento Interno do Congresso Espanhol: **Artículo 22:** El Diputado perderá su condición de tal por las siguientes causas: 1. Por decisión judicial firme que anule la elección o la proclamación del Diputado. 2. Por fallecimiento o incapacitación del Diputado, declarada ésta por decisión judicial firme.

¹² SO 19 (3) + SO 101(3); SO 105 **Artículo 19:** 1. Los Diputados deberán observar en todo momento las normas sobre incompatibilidades establecidas en la Constitución y en la Ley Electoral. 2. La Comisión del Estatuto de los Diputados elevará al Pleno sus propuestas sobre la situación de incompatibilidades de cada Diputado en el plazo de veinte días siguientes, contados a partir de la plena asunción por el mismo de la condición de Diputado o de la comunicación, que obligatoriamente habrá de realizar, de cualquier alteración en la declaración formulada a efectos de incompatibilidades. 3. Declarada y notificada la incompatibilidad, el Diputado incurso en ella tendrá ocho días para optar entre el escaño y el cargo incompatible. Si no ejercitara la opción en el plazo señalado, se entenderá que renuncia a su escaño.

Artículo 101. La suspensión temporal en la condición de Diputado podrá acordarse por el Pleno de la Cámara, por razón de disciplina parlamentaria, en los siguientes supuestos: 1 Cuando impuesta y cumplida la sanción prevista en el artículo 99, el Diputado persistiere en su actitud. 2 Cuando el Diputado portare armas dentro del recinto parlamentario. 3 Cuando el Diputado, tras haber sido expulsado del salón de sesiones, se negare a abandonarlo. 4 Cuando el Diputado contraviniere lo dispuesto en el artículo 17 de este Reglamento.

A Casa dos Comuns também pode expulsar membros que insultem o parlamento ou que violem o Código de Conduta. Também pode haver perda de mandato por incompatibilidade de cargos e funções.

Nesses casos, as punições - reprimendas, advertências, suspensão, perda do mandato etc. -, cabem ao Presidente da Casa (The Speaker) e à própria Casa dos Comuns.¹³

No caso da Itália, a exclusão definitiva do Parlamento ocorre através da cassação de mandatos por razões de incompatibilidade e perda de elegibilidade, conforme art. 66¹⁴, combinado com os arts. 51, 56(2) e 65, da Constituição e art. 19 do Regimento Interno do Senado.

Outra possibilidade de perda de mandato é pela condenação criminal por uma corte judicial, acrescida de pena acessória de perda de cargo público.

As punições decorrentes de violação do Código de Conduta são aplicadas pelas casas do Parlamento.

No caso da França, a perda de mandato pode ocorrer por incompatibilidades decorrentes da manutenção de mais de cargo público ou por falha no cumprimento da obrigação de declaração de bens. Além dessas possibilidades, pode haver cassação de mandatos por decisão judicial em situações de declaração de inelegibilidade superveniente ao desempenho do mandato.

As punições decorrentes de violação de conduta são previstas no Regimento da Assembléia, em seus artigos 70 a 79¹⁵. As punições são: censura, exclusão

¹³ Texto do Regimento Interno (Parliament of Canada Act): Receiving prohibited compensation. Art. 41. (1) No member of the House of Commons shall receive or agree to receive any compensation, directly or indirectly, for services rendered or to be rendered to any person, either by the member or another person, (a) in relation to any bill, proceeding, contract, claim, controversy, charge, accusation, arrest or other matter before the Senate or the House of Commons or a committee of either House; or (b) for the purpose of influencing or attempting to influence any member of either House. (2) Every member of the House of Commons who contravenes subsection (1) is guilty of an offence and liable to a fine of not less than five hundred dollars and not more than two thousand dollars and shall, for five years after conviction of that offence, be disqualified from being a member of the House of Commons and from holding any office in the public service of Canada. (3) Every person who gives, offers or promises to any member of the House of Commons any compensation for services described in subsection (1), rendered or to be rendered, is guilty of an indictable offence and liable to imprisonment for a term not exceeding one year and to a fine of not less than five hundred dollars and not more than two thousand dollars.

¹⁴ Texto da Constituição Italiana – Art. 66. – Cada uma das duas Câmaras julga títulos de admissão de seus membros e das causas de inelegibilidade e incompatibilidade ocorridas após admissão.

¹⁵ **Rule 70 : 1** The disciplinary measures applicable to Members of the Assembly shall be: 2 - call to order; - call to order recorded in the minutes; - censure; and censure with temporary suspension.

Rule 71: **1** The President shall have sole power to call to order. **2** Any speaker whose conduct is disorderly shall be called to order. **3** Any deputy who, not having been given leave to speak, is called to order shall not be given leave to explain his conduct until the end of the sitting, unless the President decides otherwise. **4** Where a deputy who has once been called to order is called to order again in the same sitting, the call shall be recorded in the minutes. **5** Any deputy who has insulted, provoked or threatened one or more other deputies shall also be called to order, and the call shall be recorded in the minutes. **6** A call to order recorded in the minutes shall automatically entail the loss of entitlement, for one month, to one quarter of the parliamentary allowance made to deputies. **Rule 72:** **1** A deputy shall be censured if: **2** (1) after a call to order recorded in the minutes, he disregards the authority of the President; or **3** (2) he causes a disturbance in the Assembly.

Rule 73: **1** A deputy shall be censured and temporarily suspended from the precincts of the Assembly if: **2** (1) he has ignored an ordinary censure or has been censured twice; **3** (2) he has resorted to violence in public sitting; **4** (3) he has abused the Assembly or its President; or **5** (4) he has insulted, provoked or threatened the President of the Republic, the Prime Minister, members of the Government or the assemblies provided for by the Constitution. **6** No deputy censured and temporarily suspended shall take part in the business of the Assembly or reappear in the precincts of the Assembly before the expiry of the fifteenth sitting day following that on which the measure was ordered. **7** If a deputy refuses to comply with the President's order to withdraw from the Assembly, the sitting shall be suspended. In such a case, and where a deputy is censured and temporarily suspended for a second time, the suspension shall be for thirty sitting days.

Rule 74: **1** If a member of the Assembly assaults another member, the President may propose that the Bureau order the offending member to be censured and temporarily suspended. In the absence of such proposal by the President, any deputy may ask the Bureau in writing to order this measure. **2** Where it is so proposed that a deputy be censured and temporarily suspended, the President shall convene the Bureau, which shall hear the deputy concerned. The Bureau may order any of the measures provided by Rule 70. The President shall inform the deputy of the Bureau's decision. If the Bureau orders censure with temporary suspension, the deputy shall be escorted to the door of the Palais Bourbon by the senior usher.

Rule 75: Ordinary censure and censure with temporary suspension shall be ordered by the Assembly, voting by sitting and standing without debate, on a proposal made by the President. **2** Where any disciplinary measure against a deputy is called for, the deputy shall always be entitled to be heard either in person or through another deputy acting on his behalf.

Rule 76: **1** A deputy who has been censured shall automatically lose entitlement, for one month, to half of the parliamentary allowance. **2** A deputy who has been censured and temporarily suspended shall automatically lose entitlement, for two months, to half of the allowance.

Rule 77: **1** Where a deputy attempts to obstruct freedom of debate or of voting in the Assembly and, after attacking one or more other deputies, refuses to come to order when directed by the President, the President shall adjourn the sitting and convene the Bureau. **2** The Bureau may propose that the Assembly censure and temporarily suspend the offending deputy, and the loss of entitlement to half of the parliamentary allowance as provided by Rule 76 shall in such case last for six months. **3** If, in the course of the sittings at which such offences took place, serious assaults were committed, the President shall refer the matter immediately to the chief public prosecutor.

Rule 77-1: **1** Voting offences, notably in respect of the personal nature of the right to vote, shall entail the loss of entitlement, for one month, to one quarter of the allowance referred to in Rule 76. Any deputy reoffending during the same session shall lose entitlement for six months.

2 The Bureau shall decide on the application of the first paragraph on a proposal from the Secretaries.

Rule 78: **1** If a serious offence is committed by a deputy in the precincts of the National Assembly while the Assembly is sitting, the proceedings shall be suspended. **2** The President shall forthwith inform the Assembly of the offence. **3** If an offence as referred to in the first paragraph is committed at a time when the sitting is suspended or has been adjourned, the President shall inform the Assembly when the sitting is resumed or at the commencement of the following sitting. **4** The deputy shall be entitled to offer an explanation if he so requests. At the direction of the President he shall be required to leave the chamber and shall be held in the precincts of the Assembly. **5** If the deputy resists or there is a disturbance in the Assembly, the President shall adjourn the sitting at once. **6** The Bureau shall immediately inform the chief public prosecutor that a serious offence has just been committed in the precincts of the Assembly.

temporária com corte salarial, suspensão de debates e votos, etc. A competência para julgar os casos de violação de condutas e impor as penalidades é do Presidente, da Mesa ou da Assembléia Nacional, conforme cada caso.

Há, ainda, outros casos previstos em leis esparsas como a lei anti-corrupção, lei relativa à transparência financeira na vida política e lei de financiamento de partidos políticos.¹⁶

Na Alemanha, a exclusão definitiva do Parlamento ocorre pela condenação criminal e sentença de prisão mínima de um ano; perda dos requisitos de elegibilidade e modificação dos resultados das eleições. Nesses casos, há necessidade de decisões judiciais.

Nos casos de violação ao Código de Conduta, a competência para julgar e aplicar as penalidades é do Presidente e do Parlamento.

Na Austrália, sua Constituição¹⁷ prevê a possibilidade de perda de mandato parlamentar por decisão judicial em matéria eleitoral e por prisão decorrente de condenação criminal.

Rule 79 1 Apart from the cases specified by section LO 150 and the penalties specified by section LO 151 of the Electoral Code, no deputy, subject to the disciplinary measures set out in Rules 70 to 76, shall use his position or allow it to be used in any financial, industrial or commercial enterprise or in carrying on a profession or other occupation, or use his title for any other purpose than the performance of his parliamentary mandate. **2** Nor shall any deputy, subject to the same penalties, be a member of any private, local or occupational association or interest group or enter into any commitment with them concerning his own parliamentary activities if such membership or commitment means that he agrees to be bound by mandatory instructions.

¹⁶ Lei 93-122 de 29/01/1993 (Lei Anti-corrupção); Lei n.º 88-226 e 88-227 de 11/03/1988; e arts. 150 e 151 do Código Eleitoral.

¹⁷ TEXTO DA CONSTITUIÇÃO AUSTRALIANA:

38. The place of a member shall become vacant if for two consecutive months of any session of the parliament he, without the permission of the house, fails to attend the house.

41. No adult person who has or acquires a right to vote at elections for the more numerous house of the parliament of a state shall, while the right continues, be prevented by any law of the commonwealth from voting at elections for either house of the parliament of the commonwealth.

42. Every senator and every member of the house of representatives shall before taking his seat make and subscribe before the governor-general, or some person authorised by him, an oath or affirmation of allegiance in the form set forth in the schedule to this constitution.

43. A member of either house of parliament shall be incapable of being chosen or of sitting as a member of the other house.

44. Any person who -

(i.) Is under any acknowledgement of allegiance, obedience, or adherence to a foreign power, or is a subject or a citizen or entitled to the rights or privileges of a subject or citizen of a foreign power: or (ii.) Is attainted of treason, or has been convicted and is under sentence, or subject to be sentenced, for any offence punishable under the law of the Commonwealth or of a State by imprisonment for one

Há, evidentemente, diversas outras punições aplicáveis em casos de violação ao Código de Conduta. Tais punições, que incluem a suspensão e a perda do mandato, são aplicadas pelo Presidente (Speaker) ou pela própria Casa do Parlamento (The House).

Conclusão

Após um breve panorama do ordenamento constitucional e legal de países situados em vários continentes (América do Norte, América do Sul, Europa, Ásia e Oceania), no tocante à perda de mandatos de parlamentares, pode-se verificar particularidades que impedem uma conclusão categórica quanto a um procedimento padrão.

Nesse estudo, entretanto, constata-se que, em geral, o papel de decisões judiciais nos processos de cassação de membros de parlamentos limita-se a questões objetivas ligadas à legislação eleitoral e/ou condições de elegibilidade. Ainda no campo das decisões judiciais, a condenação criminal também é vista como freqüente motivo de perda de mandato.

Por outro lado, o julgamento e aplicação das penalidades por violação às regras de conduta parlamentar - que inclui, entre outras, a perda do mandato -, são, em geral, realizados pelos próprios Parlamentos.

year or longer: or (iii.) Is an undischarged bankrupt or insolvent: or (iv.) Holds any office of profit under the Crown, or any pension payable during the pleasure of the Crown out of any of the revenues of the Commonwealth: or (v.) Has any direct or indirect pecuniary interest in any agreement with the Public Service of the Commonwealth otherwise than as a member and in common with the other members of an incorporated company consisting of more than twenty-five persons: shall be incapable of being chosen or of sitting as a senator or a member of the House of Representatives.

But sub-section iv. does not apply to the office of any of the Queen's Ministers of State for the Commonwealth, or of any of the Queen's Ministers for a State, or to the receipt of pay, half pay, or a pension, by any person as an officer or member of the Queen's navy or army, or to the receipt of pay as an officer or member of the naval or military forces of the Commonwealth by any person whose services are not wholly employed by the Commonwealth.

45. If a senator or member of the House of Representatives - (i.) Becomes subject to any of the disabilities mentioned in the last preceding section: or (ii.) Takes the benefit, whether by assignment, composition, or otherwise, of any law relating to bankrupt or insolvent debtors: or (iii.) Directly or indirectly takes or agrees to take any fee or honorarium for services rendered to the Commonwealth, or for services rendered in the Parliament to any person or State: his place shall thereupon become vacant.